

FAZER SEMIÓTICO: subsídios para exame do espaço concreto *TO MAKE SEMIOTICS: subsidies for the space concrete examination*

Célia Regina Simonetti Barbalho
Doutora em Comunicação e Semiótica
Professora Adjunta do Departamento de Biblioteconomia – UFAM
simonetti@ufam.edu.br

Comente este artigo no blog Ebibli = <http://encontros-bibli-blog.blogspot.com/>

Resumo

Discorre sobre a teoria semiótica da escola francesa descrevendo suas principais noções conceituais. Discute o percurso gerativo de sentido efetivado por aquele que se manifesta ponderando que um texto se estrutura através dos níveis profundo, narrativo e discursivo. Conceitua texto sob a ótica da semiótica, apontado ser ele uma unidade de significado dotada de uma organização. Traça as concepções sobre o texto arquitetônico pautando elementos teóricos que permitem sua análise. Examina alguns pontos a serem debatidos mais amplamente para o entendimento do espaço concreto da biblioteca apontando indícios que produzem sentido no olhar do fruidor.

Palavras-chave: Semiótica. Semiótica Discursiva. Biblioteca.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O homem necessita interagir com seu grupo de modo a conviver harmonicamente na sociedade a qual pertence. Para tal, expressa suas vontades, seus sentimentos, suas emoções, seus projetos através de atos intencionais de comunicação manifestados pela linguagem verbal ou não verbal. Tais manifestações, ao produzirem sentido na coletividade, efetuam a transposição do individual para o social, uma vez que permite trocas intersubjetivas de mensagens construídas pelas estruturas lingüísticas articuladas no plano cognitivo.

As trocas de mensagens se dão entre um destinador e um destinatário que se utilizam de lances de linguagem para intercambiar valores que se articulam de modo a gerar significações permitindo o indivíduo ver e compreender o mundo, compartilhando modos de vida e comportamentos manifestados por um conjunto de regras que são adotadas através de convenções previamente definidas e representadas por signos que reúnem expressão e conceito, capazes de mediar e expressar pensamentos.

Para compreender as manifestações verbais e não verbais de “[...] modo a propor uma teoria de significações que dê conta das condições de produção e compreensão dos sentidos”,

Algirdas Julien Greimas (OLIVEIRA; LANDOWSK, 1995, p. 23) concebeu, a partir de uma re-significação da obra de Ferdinand de Saussure, a semiótica da chamada escola francesa¹.

Para Greimas, as ciências da significação procuram compreender o homem e a sociedade considerando que suas atividades são apreendidas e organizadas seqüencialmente de modo a buscar resultados que permitam a transposição do individual para o social, interpretando as formas de manifestação das linguagens.

A semiótica ocupa-se, portanto, com o estudo das manifestações nos seus mais variados modos (oral, escrito, gestual, pictórico etc.), de forma a buscar compreender como o enunciador constrói o seu texto provocando determinados efeitos de sentido sobre o sujeito receptor. Assim ela se apresenta como modo de leitura do mundo dos outros, dos simulacros por eles construídos através dos signos.

Desta forma, a semiótica define por domínio de estudo as linguagens que são, essencialmente, práticas sociais, buscando entender o sentido das manifestações significantes partindo de três premissas básicas apontadas por Jean Marie Floch (1990, p.3-9) que são: (a) o mundo do sentido é inteligível uma vez que pressupõe articulações lógicas dos lances de linguagem de modo a produzir significações; (b) a semiótica busca compreender as condições gerais de produção de sentido, concebendo o signo não como seu objeto de estudo, mas como unidades de integração a partir das quais irão emergir as significações; e (c) as manifestações textuais são produzidas obedecendo a uma hierarquização de diferentes níveis que deixam marcas para reconstrução do sentido. Assim a semiótica operacionaliza a desconstrução das manifestações a partir do percurso gerativo da significação.

As premissas apresentadas por Floch reforçam a proposta da semiótica em examinar a significação, ou seja, das condições de produção e compreensão dos sentidos, tratando do que lhe é próprio e existente nas relações intrínsecas da estrutura do objeto – princípio da imanência.

O ponto de partida dos estudos da semiótica é a correlação entre significado/significante. Para Saussure, o signo lingüístico é composto da reunião de um conceito (significado) e uma imagem acústica (significante). Hjelmslev, ao enriquecer a definição saussureana, estabeleceu como função semiótica do signo a reunião de dois planos da linguagem: o da expressão e o do conteúdo (FIORIN, 1997).

¹ Há, pelo menos, três grandes teorias semióticas atualmente. Uma elaborada a partir dos estudos do americano Charles Sanders Peirce; outra que reúne os estudos do russo Iuri Lotman e a última que se construiu na França a partir da obra de Greimas. Neste artigo, a linha adotada é a da escola francesa.

Entendidas como unidades em relação de pressuposição, ou seja, uma não existe sem a outra, o plano de expressão oferece-se para entendimento da manifestação lingüística e o de conteúdo comanda o processo de percepção. Ambos comportam duas estratificações distintas – forma e substância, originando então quatro classes que são:

- a) Forma da expressão: regida por regras paradigmáticas e sintática; campo da fonologia;
- b) Substância da expressão: fônica, articulatória, não funcional; campo da fonética;
- c) Forma do conteúdo: idéia representada;
- d) Substância do conteúdo: aspectos emotivos ou ideológicos.

Para clarificar os modos de organização dos textos, bem como os mecanismos de produção e recepção, a semiótica parte da reconstrução dinâmica de um enunciado através do percurso gerativo de sentido. De fato, conforme o terceiro postulado de Floch, para semiótica uma manifestação lingüística é construída por “[...] uma sucessão de patamares, cada um dos quais suscetíveis de receber uma descrição adequada, que mostra como se produz e se interpreta o sentido, num processo que vai do mais simples ao mais complexo” (FIORIN, 1997, p.17), do mais abstrato ao mais figurativo do plano de conteúdo.

Dois instâncias fundamentais superpostas do percurso gerativo permitem a produção do sentido: as estruturas semio-narrativa e discursiva. A primeira preside a geração de sentidos e comporta as formas gerais de organização dos enunciados, exprime valores e ações e revela o abstrato, o mais complexo. A segunda organiza as instâncias da enunciação que revela a lógica do percurso. Ambas possuem um componente sintático e outro semântico de acordo como apresentado por Greimas e Courtés no *Dicionário de Semiótica* (1979, p. 209):

| | Componente Sintático | | Componente Semântico |
|-------------------------------|--|---------------------|---|
| Estruturas Sêmio – Narrativas | Nível Profundo | Sintaxe Fundamental | Semântica Fundamental |
| | Nível Superficial | Sintaxe Narrativa | Semântica Narrativa |
| Estruturas Discursivas | Discursivização (Actorização, Temporalização e Espacialização) | Sintaxe Discursiva | Semântica Discursiva Tematização e Figuratização |

Quadro 1 – Percurso gerativo

FONTE: GREIMAS, J. A., COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. (1979).

Nível Profundo

O nível profundo ou fundamental busca revelar o mais abstrato da produção, do funcionamento e da interpretação do texto, organizando a coerência do universo conceptual,

ou seja, identificando o que é de mais elementar. Sua operacionalização ocorre através da oposição semântica de dois semas articulados pelas categorias tímicas de euforia (positivo) e disforia (negativo) e das operações sintáticas de negação e asserção.

Com efeito, o nível profundo estabelece-se através da percepção das diferenças que captam “[...] ao menos dois termos-objetos, como simultaneamente presentes” e relaciona-os “de um ou de outro modo”, como afirma Greimas (1973, p.28), apontando como conseqüência a certeza de que “[...] um termo-objeto só não comporta significações” e estas, por sua vez, pressupõem a existência da relação, condição necessária para estabelecer-se sentidos.

Sob este aspecto é que o estudo do nível profundo concebe o quadrado semiótico, a representação visual das relações lógicas encadeadas pelo texto, que toma a seguinte forma:

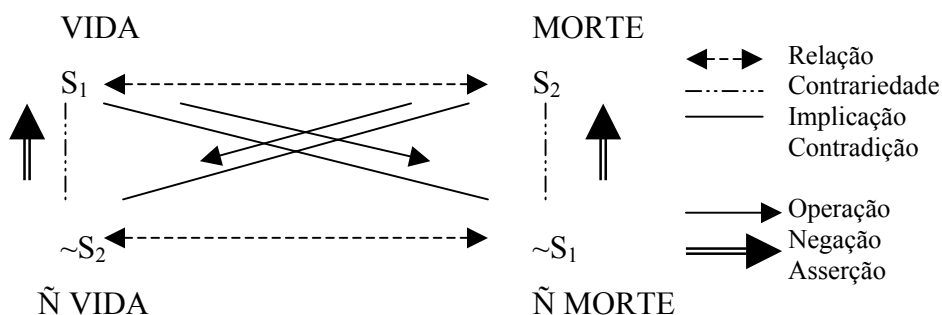


Figura 1 – Quadrado semiótico

As relações de contrariedade pressupõem uma ligação de oposição ou diferença entre dois termos como morte e vida, por exemplo, que podem ser qualificados como eufórico e disfórico respectivamente.

A contradição é a relação de negação da contrariedade; são os sub contrários que não coexistem. Assim, não vida e não morte, tomando o exemplo acima, pressupõe dois termos em contradição, ou seja, morte implica em não vida e vida implica em não morte, ambos se apresentado como uma complementação.

Desta forma, contrariedade, contradição e implicação compõem a semântica do nível fundamental e é a base para construção de um texto.

As operações de negação e asserção fazem parte da sintaxe do nível fundamental e permitem a transformação no decorrer do texto. Tomando o exemplo já utilizado, tem-se vida – não morte – morte como o desenvolvimento da temática abordada no texto.

Para compreender o que há de mais fundamental em uma manifestação, o quadrado semiótico mapeia as relações e operações existentes a partir de uma oposição semântica básica de modo a permitir o desvelamento das ideologias presentes através da observação das

ausências ou, como prefere Lúcia Teixeira (1996), através do silêncio. De fato, ao analisar o que o texto “diz”, o quadrado revela também o que ele “não diz” claramente, mas que está implícito em suas “entrelinhas” e são as contraposições complexas construídas por ele que permite identificar a existência de significados não tão aparentes, mas dispostos. É justamente através da percepção do implícito e explícito que se manifesta o todo de sentido do texto, objeto do estudo semiótico.

2 NÍVEL NARRATIVO

A narratividade busca analisar como os sujeitos executam as operações do nível fundamental, estudando o encadeamento lógico das transformações manifestadas que geram sentido. Com efeito, o segundo nível do percurso gerativo considera que uma “[...] narrativa mínima ocorre quando se tem um estado inicial, uma transformação e um estado final” (FIORIN, 1997, p. 21), ligados por programas narrativos que articulam-se em percursos narrativos e que compõem o esquema narrativo.

O programa narrativo – PN, é uma unidade elementar construída de enunciados de estado e de fazer. O primeiro estabelece uma relação de posse ou de privação entre um sujeito e um objeto, ou seja, uma disjunção ou conjunção. O segundo é enfatizado pela transformação de um estado para o outro. Assim os enunciados de fazer regem os de estado que, transformados, geram narrativas mínimas hierarquizadas no texto.

Diana Barros (1997, 21-22), na obra *Teoria semiótica do texto*, apresenta quatro diferentes variações dos programas narrativos que são: (a) natureza da função, (b) complexidade e hierarquia de programas; (c) valor investido no objeto e (d) relação entre os actantes narrativos e os atores que se manifestam no discurso.

A autora propõe ainda uma combinação entre os itens a (aquisição e privação) e d (transitivo e reflexivo), com objetivo de permitir a análise em torno do programa correlato sempre existente. De fato, se um sujeito adquire um valor é porque um outro se privou dele.

Considerando que existem narrativas que comportam dois sujeitos em busca do mesmo objeto valor e que somente um se apropria dele enquanto o outro se priva, observa-se, neste caso, que o programa de um sujeito é enfatizado no texto enquanto o do anti-sujeito é ocultado.

Para que o sujeito entre em conjunção com o objeto valor desejado, necessita executar dois tipos fundamentais de programa: o da competência e o da performance. O primeiro é

onde o sujeito que vai realizar a transformação se investe dos valores modais do querer/dever ou saber/poder. No segundo, onde a transformação de fato acontece, há a apropriação dos valores desejados que podem existir ou que necessitam ser produzidos. Assim, é na competência que o sujeito se capacita para agir e na performance que ele age.

Entretanto, Greimas (1979, p.24) lembra que “[...] a competência não é sempre positiva, podendo ser insuficiente ou mesmo negativa, assim como a performance, que pode ser bem sucedida ou conduzir a um fracasso”. De qualquer forma, na narrativa em que existem dois sujeitos a competência e a performance são sempre positiva para um e negativa para outro.

Uma vez postos em seqüência de pressuposição lógica, os programas narrativos compõem o percurso narrativo que, por sua vez é composto pelo percurso do sujeito, do destinador-manipulador e do destinador-julgador.

O percurso do sujeito é constituído pelo encadeamento de um programa de competência com um programa de performance onde são desempenhos vários papéis actanciais assumidos no programa narrativo que são definidos pela variedade de estados narrativos cumprido pelo actante, o que realiza ou sofre o ato, que por ser um ser, uma coisa etc.

O fazer do sujeito exige competências modais que transformam o querer, o dever, o poder e o saber em fazer definindo-lhe semioticamente suas existência de três modo diferentes: o virtual (pelo querer ou dever-fazer), o atual (poder e saber fazer) e o realizado (pelo fazer e pela transformação). Assim, o percurso do sujeito se estabelece pela aquisição da competência necessária para realizar a ação, bem como pela performance de sua existência.

O percurso do destinador-manipulador é estabelecido de modo a levar o sujeito a realizar o fazer desejado pelo primeiro. Para que isto aconteça, ele necessita que o sujeito creia em sua competência para se deixar manipular, e passe dotar-se dos valores modais do querer-fazer, do dever-fazer, do saber-fazer e do poder-fazer. O destinador-manipulador propõe um contrato e persuade o destinatário que, por sua vez, ao interpretá-lo, o aceita ou o recusa.

A manipulação se dá basicamente através da: tentação, intimidação, provocação e sedução. Diana Barros (1997, p. 33) propõe que os tipos de manipulação sejam organizados sob dois critérios: pela competência do destinador-manipulador e pela alteração modal operada pela competência do destinatário, que são assim representados:

| | | |
|--|----------------------------|-----------------------------|
| | Competência do destinador- | Alteração na competência do |
|--|----------------------------|-----------------------------|

| | manipulador | destinatário |
|-------------|---|--------------|
| PROVOCAÇÃO | Saber (imagem negativa do destinatário) | Dever-fazer |
| SEDUÇÃO | Saber (imagem positiva do destinatário) | Querer-fazer |
| INTIMIDAÇÃO | Poder (valores negativos) | Dever-fazer |
| TENTAÇÃO | Poder (valores positivos) | Querer-fazer |

Quadro 2 – Competências e manipulação

FONTE: BARROS, Diana. *Teoria semiótica do texto*. (1997).

Para se deixar manipular, o destinatário reconhece o destinador como competente, passando o primeiro a crer nos valores oferecidos pelo segundo. De fato, o percurso da manipulação é o lugar da aceitação e estabelecimento de acordos e contratos. A semiótica entende por contrato uma troca de dois objetos-valor que, para constituir-se, necessitam ser previamente estabelecidos e ao realizar-se, modifica o estatuto dos sujeitos.

O percurso do destinador-julgador é o lugar do reconhecimento do sujeito que efetuou a transformação, ou seja, após cumprir sua parte no contrato, ele recebe sua recompensa que pode ser positiva (prêmio) ou negativa (castigo). Esta fase é denominada de sanção que se constitui da cognitiva ou interpretativa (ganho imaterial) e da pragmática ou retribuição (ganho material). Ao julgar, o destinador efetua uma interpretação veridictória dos estados resultantes do fazer do sujeito, que pode ser verdadeiro (que parece e é), falso (que não parece e não é), mentiroso (que parece mas não é) ou secreto (que não parece, mas é) e assim comprovar se foi cumprido ou não o contrato, assumida a manipulação.

Uma vez organizado linearmente o percurso do destinador-manipulador, do sujeito e do destinador-julgador tem-se o esquema narrativo canônico que, ao reunir os três percursos, permite o encadeamento organizado da narrativa deixando emergir o sentido, a interpretação de fato do texto. Assim, entende-se que o esquema narrativo é a reunião dedutiva e analítica que, postas em cadeia, em implicações lógicas, narrativizam a significação.

O nível superficial das estruturas semio narrativas possibilita analisar a ordenação do texto, sua seqüência, sua dinâmica uma vez que resgata as relações de estados e transformações, aquisições e privações, bem como o estabelecimento e rupturas de contratos que colocam o objeto-valor em circulação. É portanto a narratividade o estudo da ação dos enunciados que revelam a motivação e a ideologia mostrada pelo nível profundo.

3 NÍVEL DISCURSIVO

O nível discursivo do percurso gerativo de sentido estuda, identificando e descrevendo, os traços do ato de enunciação no texto enunciado. Com efeito, ao se manifestar,

o sujeito o faz através de um complexo repertório de formas e arranjos que produzem efeitos diversos.

A enunciação, definida por Landowski (1992, p. 167) como o “[...] ato pelo qual o sujeito faz ser o sentido”, produz o enunciado “[...] cujo sentido faz ser o sujeito” exigindo do enunciador competências para que o enunciatário aceite como verdade ou mentira, realidade ou ficção, aquilo que está em jogo.

O processo enunciativo comporta três tipos distintos de textos-objeto (FIORIN, 1996, p. 36-40):

- a) Enunciação enunciada, onde as marcas identificáveis no texto remetem a enunciação como pronomes pessoais, adjetivos, advérbios, por exemplo;
- b) Enunciado enunciado, onde a seqüência enunciada é desprovida de marcas;
- c) Enunciação reportada, que corresponde ao simulacro da enunciação criando diferentes efeitos de sentido como a objetividade, subjetividade ou realidade.

Assim, as estruturas narrativas do nível anterior convertem-se em estruturas discursivas quando assumidas pelo sujeito da enunciação que designa uma pessoa que se enuncia em um dado espaço e em um determinado tempo. Espaço (aqui) e tempo (presente) estão na dependência do eu descrito na enunciação, instancia do eu-aqui-agora.

Para instaurar a pessoa, o espaço e o tempo, a enunciação se utiliza de dois mecanismos denominados debragem e embreagem.

A debragem é a operação que projeta para fora da enunciação, no enunciado, um não-eu, não-aqui e não-agora, produzindo efeitos de sentido programados pelas opções de projeção do discurso.

Considerando a forma como o sujeito da enunciação, implícito, mas produto do enunciado, instala a debragem no discurso, pode-se dizer que ela é enunciativa ou enunciva. Na primeira, o sujeito assume o eu-aqui-agora da enunciação; na segunda é instaurado no enunciado um ele-algures-então. Desta forma, as debreagens enunciativas e enuncivas são de três tipos: actanciais (eu/ele), espaciais (aqui/algures) e temporais (agora/então). (FIORIN, 1996)

As debreagens apresentam-se através de dois tipos básicos de discurso: os de primeira e os de terceira pessoa que produzem efeitos de sentido diferenciados sendo, respectivamente, os de subjetividade e os de objetividade.

A embreagem “[...] é o efeito de retorno à enunciação produzido pela neutralização das categorias de pessoa e/ou espaço e/ou tempo, assim como pela denegação da instância do Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, 2º número esp., 2º sem. 2006

enunciado”, afirma Fiorin (1996, p.48), causando um efeito de identificação entre o sujeito, o espaço e o tempo enunciado e o da enunciação. Assim como a debreagem, a embreagem se decompõe em actancial, temporal e espacial.

Toda embreagem é pressuposta de uma operação de debreagem anterior que, quando a primeira afeta a mesma categoria da segunda (pessoa, espaço, tempo) é chamada de embreagem homocategórica e quando ocorre em distintas categorias, é chamada de embreagem heterocategórica.

Os mecanismos descritos (debreagem, embreagem, enunciação enunciada, enunciação reportada, enunciado enunciado), produzem efeitos de sentido cuja função principal é persuadir o outro a aceitar como verdade o que está sendo comunicado. Para tal, cria um complexo jogo de manipulação que se utiliza também de procedimentos argumentativos como a ilustração e as figuras do pensamento para reforçar/afirmar o que está sendo exposto.

A ilustração se concretiza pelo emprego de exemplos e contra-exemplos para demonstrar uma particularidade do ser ou do fazer. Entretanto, não se enquadra quando se deseja estabelecer um modelo global tendo em vista ser o exemplo sempre de algo particular.

As figuras do pensamento são estratégias empregadas para produzir efeitos do fazer-crer que, através de contratos enunciativos, podem se estabelecer como um acordo entre o enunciado e a enunciação enunciada, ou seja, quando o enunciado quer realmente dizer o que diz, ou como um conflito, quando o enunciado deve ser entendido diferentemente do que diz. O primeiro denomina-se contrato enunciativo de identidade e o segundo de contrariedade.

Os contratos enunciativos de contrariedade podem ser categóricos, quando se expressam como uma afirmação ou negação, e graduais que apresentam uma oposição entre o que se diz e aquilo que se descreve. As oposições categóricas são segundo Barros (1997): a antífrase ou ironia, recurso que afirma algo que na verdade quer negar, criando um efeito de mentira; a lítotes, recurso empregado para causar um efeito de atenuação de modo a chamar a atenção do narratário dizendo menos para significar mais; a preterição, empregada quando se diz algo e, ao mesmo tempo se nega criando o efeito de dissimulação; e a reticências, quando se suspende o que está sendo dito e se deixa “no ar” o que se pretende dizer, cria-se o efeito da sugestão.

As oposições graduais, ainda segundo a autora (BARROS, 1997), são o eufemismo, que ocorre quando se diz mais para significar menos, causando um efeito de atenuação; e a hipérbole, quando, para causar um efeito de intensificação, é exagerado o que, na verdade, é mais atenuado.

Em busca de efetivar o seu fazer persuasivo, o enunciador procura, através da utilização de estratégias previamente preparadas, dizer sem ter dito operando no campo da simulação ou da dissimulação. Ao enunciatário cabe perceber o segredo ou a mentira através do seu fazer interpretativo e com isto desvelar a verdade, produzir um novo saber, descobrir os significados, enfim perceber o que faz sentido através das marcas deixadas e das relações entre texto e contexto sócio-histórico.

A semântica discursiva, operada pela tematização e pela figurativização, constrói os percursos definidos pelo sujeito da enunciação, para persuadir aquele que o interpreta. De fato, a escolha de determinados temas e figuras revelam a estratégia adotada para, no contraponto com a ação interpretativa, reiterar a construção social do sujeito.

A tematização expressa elementos abstratos buscando explicar a realidade e representar o mundo através de um investimento conceptual. Os temas organizam, categorizam e ordenam a realidade significante de modo a permitir sua interpretação.

Temas são, portanto, palavras ou expressões que representam algo não existente no mundo natural, como a felicidade, a humanidade, por exemplo.

A figurativização representa o concreto, uma vez que se manifesta através do mundo natural como o sol, a lua etc., entretanto, em alguns casos, as figuras se apresentam também através dos mundos fictícios, criados pela imaginação humana, como um marciano, por exemplo.

Figura e temas, para manter a coerência interna do texto, necessitam seguir um percurso ou encadeamento lógico de modo a gerar sentido. As figuras devem ser vistas através do conjunto por elas composto e não isoladamente. Da mesma forma, o percurso de um tema se apresenta através de uma rede que, a partir de algo geral, se desdobra em sub temas de modo a levar a compreensão do que deve ser assimilado.

Os percursos figurativos utilizam recursos diversificados para produzir efeitos de sentido. Isto ocorre quando há uma coerência, uma sobreposição ou uma combinação. Também os percursos temáticos se utilizam da coerência, do confronto ou da sobreposição como estratégia para produzir determinado efeito.

A escolha de temas e figuras pode ocorrer também através de determinados léxicos que produzem efeitos bastante específicos, como é o caso da gíria, do arcaísmo, do neologismo, do regionalismo ou estrangeirismo e do jargão.

Os temas e figuras têm lugares também das manifestações ideológicas que, na concretização dos valores semânticos, permitem emergir as virtualidades ou multiplicidades de interpretações. Com efeito, um texto poderá permitir mais de uma interpretação; entretanto, Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, 2º número esp., 2º sem. 2006

isto não ocorre a partir da vontade ou disposição do leitor, mais sim da polissemia que ele produz.

Há várias possibilidades de leitura de um texto, entretanto todas são conduzidas por uma coerência semântica, ou seja, por aqueles traços que reiteram, redundam, repetem e são recorrentes ao longo do discurso, que se denomina de isotopia. Uma isotopia é, portanto, a manutenção do mesmo traço semântico ao longo do texto.

Embora existam textos pluri-isotópicos, conectores ou desencadeadores isotópicos ligam os planos deferentes de leitura de modo a produzir sentido.

No discurso pode-se ainda encontrar dois recursos de alteração do sentido das palavras. Trata-se da metáfora e da metonímia que, como recursos retóricos, apresentam uma intersecção ou uma implicação no sentido em que são empregadas.

Assim retratado, o fazer semiótico se mostra como revelador de universos textuais que, como um *iceberg*, em um primeiro contato não expõe sua totalidade; se esconde nas entrelinhas para que, ao ser descoberto, cause uma estesia de sentidos proporcionado pelos efeitos selecionados por aquele que o produz.

4 TEXTO: O UNIVERSO DA ANÁLISE SEMIÓTICA

As considerações sobre o fazer semiótico, traçadas anteriormente, retratam o apanhado metodológico para análise de texto, ou seja, a articulação dos instrumentos que permitem a revelação do todo de sentido produzido por ele. Com efeito, a semiótica toma por objeto de estudo o texto buscando descrever e explicar “[...] o que ele diz e como faz para dizer o que diz” (BARROS, 1997, p.7).

Do ponto de vista semiótico, texto é uma malha entrelaçada de relações que dão sentido e que possibilita uma comunicação, uma interação entre o que é expressado, a forma como é expressado e o conteúdo do que foi expressado.

De fato, um texto pode ser visto tanto como um objeto de significação como de comunicação. O primeiro o concebe a partir da organização e estruturação que o torna um todo de sentido e o segundo o faz a partir do estabelecimento de um destinador e um destinatário, ou seja, pelo reconhecimento da existência de dois sujeitos: um que o produz e o outro que o interpreta.

Assim compreendido, o texto permite, simultaneamente, dois tipos de análise: uma interna ou estrutural e outra externa ou contextual. A primeira revela, através das marcas

resgatadas no próprio texto, as estratégias utilizadas para produzir os efeitos de sentido desejados, reconhecendo seu caráter manipulador e revelando a ideologia subjacente de modo a afastar qualquer idéia de neutralidade ou imparcialidade. A segunda coloca-o em correlação com o contexto mais amplo de forma a, ao identificá-lo ideologicamente, atribuir-lhe um sentido maior permitindo sua interação com as condições sociais do ambiente em que foi manifestado.

Ao afirmar que “[...] todo texto é uma máquina preguiçosa pedindo ao leitor que faça uma parte de seu trabalho”, Umberto Eco (1997, p.9) coloca em jogo a concepção dual de texto apontado sua construção interna (a máquina) e sua relação com o contexto sócio-histórico que o envolve (... que o leitor faça uma parte de seu trabalho), dinamizando a compreensão das condições de produção de sentido.

Examinado os procedimentos de organização textual, a semiótica parte do princípio que “[...] o texto é um tecido, uma estrutura construída de tal modo que as frases não têm significado autônomo: num texto, o sentido da frase é dado pela correlação que ela mantém com as demais” (FIORIN; PLATÃO, 1995, p.15), estabelecendo uma totalidade de relações encadeadas de forma a construir o sentido através de dimensões/patamares que é o percurso gerativo. Com efeito, um texto deve ser entendido não como um conjunto de frases ou palavras, mas como uma unidade de significação dotada de uma organização.

Efetuando-se a análise externa, ou seja, reconstruindo o texto de fora para dentro por meio das relações contextuais, o exame da intertextualidade, do diálogo entre os textos, irá revelar concepções, idéias, crenças, valores, condições de existência em fim, as tramas da sociedade e da história.

As manifestações textuais podem se apresentar sob a forma oral, escrita, visual ou gestual como uma poesia, uma reportagem de jornal, um romance, um discurso político, uma aula, uma pintura, uma canção popular, um parecer jurídico, um catálogo de móveis, uma estação de metrô, em fim, qualquer construção de sentido que pressupõe um fazer cognitivo passivo de um estudo semiótico. Considerando este aspecto e visando estabelecer um foco para exemplificar o que foi exposto anteriormente, tomar-se-á para análise o espaço concreto onde as bibliotecas estão instaladas para destacar alguns aspectos de sua construção de sentido.

5 O SENTIDO DO ESPAÇO

A variedade de acepções sobre o espaço avaliza generalizações que envolvem tanto realidades físicas, como lugares concretos, quanto abstrações metaforizadas que ser reportam à sensações, qualidades, julgamentos que passam a compor espaços cognitivos, ambos passíveis de apreensão pelo sujeito que o interpreta.

Descrever, definir ou interpretar o espaço tem sido tarefa de diversas áreas do conhecimento como a geografia, a arquitetura, o urbanismo, a sociologia, a economia, a administração, a astronomia, a comunicação, entre tantas outras que, quando se limitando ao espaço humano, buscam compreendê-lo como uma instância de significados diversos produzindo estudos sobre o espaço geográfico – formado e transformado por flutuações físicas, ecológicas e biológicas, o espaço construído – resultado das múltiplas necessidades humanas, o espaço social – onde ocorre a convivência coletiva, e o espaço imaginário – que permite as significações semânticas.

Tais estudos refletem a prática de uso do espaço sendo, os três primeiros, o geográfico, o construído e o social, ligados a forma, ao utilitário, ao funcional, uma vez que tratam da marcação, ocupação, expulsão, manejo e transformação, ou seja, das relações de estruturação do meio que ressalta a expressão do espaço enquanto que o último, o imaginário, trata, como afirma Bachelard (1996), do estudo da imagem como consciência coletiva ou individual, sendo ponto comum entre eles a busca pelo conhecimento da posição dos corpos nos espaços, o que os torna imbricados, interdependentes e interativos.

Percorrendo caminhos semióticos, a escola francesa aponta duas distintas acepções sobre espaço. A primeira, espaço lingüístico, é determinada pelo momento da enunciação através de um marco instalado no enunciado, ou seja, é o espaço dos actantes. A segunda, o tópico, é ao mesmo tempo “[...] lugar que se fala e dentro do qual se fala” (GREIMAS, 1981, p.17), isto é, o espaço pluridimensional onde os corpos estão dispostos.

Com efeito, o espaço lingüístico se distingue do tópico pela existência, no primeiro, de demonstrativos e advérbios que desvelam a cena enunciativa situando a presença do actante no discurso enquanto que o outro está relacionado com o uso feito do espaço produzido e/ou consumido pelo homem, descrevendo-o e interpretando-o.

Enquanto construção, o espaço é forma que, para significar, escolhe esta ou aquela propriedade considerando três fatores que o influenciam:

- a) O espaço construído, não necessariamente edificado, é lugar do homem, feito pelo homem, para o homem. Nele estão contidas suas inseguranças/seguranças mais elementares e, portanto sua disposição torna-se portadora de sentido, de significados;

- b) A distribuição espacial, sua circulação, sua continuidade ou contrates, sua modernidade ou monumentalidade, são manifestações de uma intenção, de uma provocação, que revelam o modo de ser e de agir de uma sociedade; e
- c) O espaço social reflete o comportamento, o conhecimento e as aspirações de uma sociedade tornando-se um produto de suas necessidades articuladas pelo modo de produção dominante, que o organiza de forma a manter suas ideologias e em conformidade com cada momento histórico vivenciado.

Assim, o estudo sobre as articulações de sentido do espaço possibilita a compreensão de como ele está estruturado, como os homens organizam sua sociedade e como a concepção e uso que o homem faz do espaço sofrem mudanças tendo em vista que um destinador-produtor o constrói para que um destinatário-leitor decifre seu objeto-mensagem resultando na produção do espaço enquanto objeto. O espaço pode ser considerado como um texto que ao mesmo tempo produz significações e se caracteriza como objeto de comunicação.

A construção de sentido do espaço ocorre primeiramente pela identificação da proposta estética, política e racional que, segundo Greimas (1981, p. 115-141), está implícita em toda obra e deve ser ponto de partida para qualquer leitura que venha a ser feita de modo a examinar a manifestação textual através da combinação dos princípios que a geraram.

Outras variáveis também se apresentam para permitir o desdobramento da análise estética, política e racional, como os *eixos organizadores de sentido do espaço* de Coelho Neto (1979). Através deles, o autor propõe, de forma geral e simples, sete categorias de análise que podem basear a avaliação dos mecanismos de ordenação do texto-espaço que são: interior vs exterior; privado vs comum; construído vs não construído; artificial vs natural; amplo vs restrito; vertical vs horizontal e geométrico vs não geométrico, estabelecendo uma relação de contrariedade entre os dois termos.

De certo modo, os elementos propostos por Greimas (1981) se completam através dos eixos de Coelho Neto (1979) e, quando associados, permitem uma ampla leitura dos diferentes conteúdos do espaço, revelando o nível mais abstrato da produção, ou seja, o profundo, capaz de mostrar o funcionamento e a interpretação do texto arquitetônico.

Quando visto a partir das transformações de estado, o texto-espaço passa a ser organizado de modo a permitir uma integração com o sujeito-usuário que, ao receber e reagir aos estímulos, ou seja, engaja-se dinamicamente nos múltiplos programas e mecanismos que orientam sua ação e alteram seu estado.

Assim acontece com o abrigo de concreto que é o ponto de ônibus, por exemplo. O sujeito-usuário do espaço urbano, para entrar em conjunção com a utilização do transporte

coletivo é manipulado pelo dever/fazer uso deste espaço, pois somente assim é que tem acesso ao veículo. Da mesma forma que a sinalização coloca o sujeito em conjunção com o deslocamento orientado deixando legível o espaço de circulação das pessoas alterando, com sua ação, os estados daqueles que a interpreta.

A coerência do texto-espaço se manifesta pela figuratividade do objeto real e ainda pela tematicidade que lhe dá identidade e organização. São ambas isotopias que, evocando as formas e funções do ambiente, permitem leituras integralizadoras conferindo significados àquilo que se vê.

De fato, o tema ambiente limpo pode ser figurativizado pelas lixeiras dispostas nas ruas, por exemplo, assim como a cor branca dos hospitais tematizam a higiene, a saúde.

A subversão de uso de determinados objetos existentes no espaço construído cria efeitos ilusórios de realidade como é o caso do barco-restaurant, por exemplo. Nessa perspectiva de uso, também se observa a *bricolege* presente nos equipamentos coletivos de cultura como os presídios, antigos casarões, o primeiro cinema da cidade, em fim, construções antigas de caráter histórico que são transformadas em centros culturais, teatros, bibliotecas, buscando o equilíbrio entre preservação e funcionalidade, memória e oportunismo, associando uma figura do patrimônio, um ponto de referência na vida do cidadão, com a temática cultural. Em ambos os exemplos (o barco-restaurant e os prédios antigos), os percursos figurativos de conteúdo estão postos de modo a concretizar os temas abstratos e produzir efeitos de realidade que se manifestam sob a forma dos traços da expressão adotando uma nova visão dos objetos recriados.

Entretanto, enquanto texto, o espaço – lugar material das possibilidades dos eventos, pode ser interpretado e analisado tendo em vista dois elementos básicos que o compõe:

- a) O fixo, que vai do mais amplo ao mais restrito, ou seja, do arranjo territorial (localização das cidades, dos países), passando pelo arranjo urbano (a cidade em si, seu bairros, suas regiões), pela aglomeração das construções, seus contextos, localizações, pela arquitetura dos aparelhos urbanos, sua técnica construtiva, seu estilo e, por fim, pela composição das estruturas internas, suas divisões, seu mobiliário; e
- b) O móvel, resultado do uso do espaço, do movimento do homem, sua circulação no elemento fixo, sua mobilização corporal que revela a dinâmica do espaço afetada pela interface das pessoas com seu ambiente.

Ambos os elementos, fixo e móvel, interagem com a percepção visual, auditiva, olfativa e térmica permitindo a vivenciação, a experimentação e a interpretação através de julgamentos de acordo com valores que se diferenciam entre as variadas culturas globais.

A mobilidade do homem, caracterizada inclusive pelas suas extensões (as rodas, o avião, extensão da perna; o telefone, extensão da voz; o computador, extensão da mente), permite perceber o espaço como um artefato dinâmico fruto de suas ações. Seus movimentos são, portanto, vivenciados de forma a interagir com o ambiente, definindo trajetos em conformidade com valores e realidades pessoais que se manifestam como um elemento que comunica seus desejos, suas necessidades e suas vontades, fazendo co-existir um ser que percebe e um mundo que é percebido.

Deste modo a biblioteca é, então, apresentada como um código que deve ser dominado pelo usuário, pois seu uso não é intuitivo, mas, apreendido. Ao dominar o código, ele passa a ter reais condições de uso e de captação dos mais variados significados produzidos. A localização do conjunto arquitetônico da biblioteca no espaço urbano, por exemplo, é resultado de um projeto político da municipalidade, desencadeando efeitos de sentido sobre aqueles que a usam. Quando central é manipulada pelos atributos de prestígio e poder que ela exerce principalmente se estiver próxima à Prefeitura, ao Tribunal de Justiça, à Assembléia Legislativa, por exemplo, edificações que simbolizam o poder constituído e legítimo de uma cidade. Quando a construção é efetuada em espaço periférico como bairros afastados, ela é manipulada pelo sentido de ampla disseminação dos bens culturais, revestida da idéia de popularização do saber.

Já as fachadas se colocam, de certo modo, como uma fronteira que separa o interior do exterior, manifestando valores que, implícitos na obra arquitetônica, criam efeitos de curiosidade, de familiaridade, de intimidação, de legitimidade, de abertura, de confronto, de nostalgia, de rejeição, de profanação ou ainda de inteira aceitação.

A organização interna da biblioteca pode ser vista como um microuniverso urbano que se alterna entre zonas mais densas, como as de acolhimento – igual às áreas centrais de uma cidade –, de prestação de serviço, com espaços de convívio entre o saber e o usuário que se manifestam através de um *hall*, um átrio, uma praça com cruzamentos que permitem a integração e de zonas menos densas como as destinadas aos serviços técnicos – igual à periferia. A disposição do espaço interno não é ingênua, ela é, sim, carregada de efeitos de sentido que manipulam o uso do espaço cultural, e podem evocar o sentido de unidade, quando centraliza em um único lugar a coleção, ou de disponibilidade quando, ao procurar responder à diversidade de públicos, setoriza seu acervo em espaços distintos, ou ainda de

adaptabilidade quando distribui sua coleção de acordo com os níveis dos usuários como o infantil, o adulto, o deficiente visual.

Assim a compreensão de que as relações arquitetônicas podem ser manipuladas de forma a produzir os efeitos de uso desejados é, na verdade, a primeira estratégia concebida para o jogo de sedução com o usuário que a biblioteca faz. O segundo lance deste jogo é resultado da ambiência criada pela organização espacial interna – o *lay-out* –, que se utiliza de muitas estratégias para criar efeitos de sentido.

REFERÊNCIAS

- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 242 p.
- BARROS, Diana Luz P. de. **Teoria semiótica do texto**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1997. 96 p.
- COELHO NETTO, José Teixeira. **A construção do sentido na arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 1979. 117p.
- ECO, Umberto. **Seis passeios no bosque da ficção**. 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 158 p.
- FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 1996. 318 p.
- _____. **Elementos da análise do discurso**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1997. 93 p.
- _____. **A noção de texto na semiótica**. (texto xerocopiado).
- FIORIN, José Luiz, SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto**: leitura e redação. 11. ed. São Paulo: Ática, 1995. 431 p.
- FLOCH, J. M. Hours du texte, point de salut. In: SÉMIOTIQUE, marketing et communication: sous les signes, las stratégies. Paris: PUF, 1990. p. 3-18.
- GREIMAS, Algirdas Julien. Aquisições e os projetos. In: COURTÉS, Joseph. **Introdução à semiótica narrativa e discursiva**. Coimbra: Livraria Almedina, 1979.
- _____. **Semiótica e ciências sociais**. São Paulo: Cultrix, 1981. 193p.
- GREIMAS, A. J. **Semântica estrutural**. São Paulo: Cultrix, 1973.
- GREIMAS, Algirdas Julien, COURTÉS, Joseph. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1979. 493 p.
- LANDOWSKI, Eric. **Sociedade refletida**: ensaio de sossiossemiótica, Trad. Eduardo Bradão, São Paulo: EDUC/Pontes, 1992. 213p.
- OLIVEIRA, Ana Cláudia de, LANDOWSKI, Eric (org.). **Do inteligível ao sensível**: em torno da obra de Algirdas Julien Greimas. São Paulo: Educ, 1995. 269.
- TEIXEIRA, Lucia. A semiótica no espelho. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói: Instituto de Letras da UFF, p. 33-49, 1996.

Abstract

Semiotics of the French school discourses on the theory describing its main conceptual slight knowledge. The generative passage of accomplished direction argues for that if manifest pondering that a text if structure through the levels deep, narrative and discursive. It

appraises text under the optics of the semiotics, pointed to be a unit of meaning endowed with an organization. He traces the conceptions on the text architectural to put theoretical elements that allow its analysis. He examines some points to be debated more widely for the agreement of the space concrete of the library pointing indications that produce sensible in the look of the user.

Keywords: Semiotics. Discursive semiotics. Library.

Originalis recebidos em: 15/06/2006.